

2. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

2.1. APRESENTAÇÃO

A legislação ambiental brasileira é uma das mais avançadas do mundo. No Brasil a legislação ambiental teve início a partir do Código Florestal (Lei 4.771/65) e da Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197/67), quando os legisladores já tentavam nortear a proteção e preservação dos recursos naturais e paisagens brasileiras. Em 1981, foi regulamentada, através da Lei 6.938/81, a *Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA)* que define diretrizes para os procedimentos voltados à preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, conforme exposto no Art. 2º da referida lei.

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

Considera-se como marco do rompimento da visão da sociedade quanto à falta de atenção aos usos dos recursos naturais e suas limitações quando, dentro de seus instrumentos legais constitucionais, a implementação de uma obrigação legal decorre da reforma da lei maior com a inserção da proteção ao meio ambiente.

Em 1988, pela primeira vez na história, a sociedade brasileira legislou a reforma constitucional e acabou por aprovando a constituição cidadã destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, nascendo assim a ***Constituição Da República Federativa Do Brasil***.

A Carta Magna de 1988 é considerada o auge de todo o processo de redemocratização brasileiro, uma vez que promoveu alguns avanços importantes, dentre os quais se destaca a *proteção ao meio ambiente*.

O tema meio ambiente, disposto no Capítulo VI, contempla não somente seu o conceito normativo ligado ao meio ambiente natural, mas também reconhece o meio ambiente artificial, do trabalho, histórico-cultural e o patrimônio genético, ultrapassando por muitas vezes os limites do Art. 225.

Como Lei Suprema do Brasil, a CRFB/88 consolida todas as diretrizes legais anteriores a sua promulgação, revogando todas as disposições contrárias e atua como norteador dos princípios inerentes ao meio ambiente, transformando o mesmo em bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, sendo necessário mantê-lo ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o *"dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, conforme exposto no Art.225, Caput.

Frente ao exposto e dada a importância dos biomas existentes no território brasileiro, a CRFB/88, através do Art.225 §4º, estabelece a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional, cabendo a elaboração de legislações específicas voltadas à proteção e controle do uso desses biomas de forma a assegurar a preservação do meio ambiente.

A competência legislativa para assuntos relacionados à proteção do meio ambiente e patrimônio histórico-cultural, entre outros, é da União e dos Estados, conforme exposto no Art. 24, incisos VI a VII da CF/88.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Aos municípios cabe legislar sobre a proteção do meio ambiente e seus componentes quando o assunto for de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual, no que couber (Art. 30, incisos I e II).

A **Lei Complementar Nº 140**, de 8 de dezembro de 2011, visando dar melhor orientação quanto as competências de fiscalizar e licenciar atividades impactantes do meio ambiente, fixa normas quanto à *"cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à*

proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981."

Tal complementação legal da regra constitucional veio por resolver questão impar sobre os conflitos existentes anteriormente, onde por diversas vezes, ocorria a sobreposição das obrigações e multas, gerando insegurança jurídica ineficaz para a preservação do meio ambiente. Através do art. 17, a LC 140 define o órgão ambiental, responsável pelo licenciamento ou autorização, o único com competência legal para lavrar auto de infração e instaurar processo administrativo.

Dessa forma, são elaboradas legislações específicas para os diversos componentes ambientais nas três esferas de poder - federal, estadual e municipal. Apresenta-se a seguir, os principais dispositivos legais que nortearam o presente Estudo de Impacto Ambiental.

2.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

▪ **LEI 3.924/61** - DISPÕE SOBRE OS MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS E PRÉ-HISTÓRICOS

Conhecida como a Lei da Arqueologia, estabelece em seu Art 1º que "*os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público*". Tem sua essência mantida na CF/88 através dos Art. 215 e 216.

O Instituto do Patrimônio Histórico-Cultural – IPHAN mantém legislação específica quando se trata da preservação de bens culturais e arqueológicos. Destaca-se a Portaria IPHAN Nº 07/88, que estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei nº 3.924/61, e a Portaria IPHAN Nº 230/2002 que orienta sobre a obtenção de licenças ambientais referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país, e dá outras providências.

- **LEI 6.938/81** – DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (PNMA)

A PNMA definiu instrumentos legais que possibilitam o alcance dos objetivos (Art.9º - Lei 6.938/81). Dentre tais instrumentos, destacam-se a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

Tais instrumentos foram corroborados pela Resolução CONAMA 001/86, a qual estabelece os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, definindo como obrigatórios o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA quando do licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, definidas conforme Art.2º incisos I a XVI da referida Resolução. O Estudo de Impacto Ambiental foi mantido na CF/88 art.225 inciso IV, que estabelece a exigência do estudo e sua publicidade, na forma da lei.

- **LEI 9.433/97** - INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.

Criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamentando o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal.

Esta lei disciplinou a questão do pagamento do uso das águas, considerado um bem de domínio público e um recurso natural limitado. Definiu as infrações quanta à má utilização e as respectivas penalidades aplicáveis.

- **LEI 9.605/98** - LEI DE CRIMES AMBIENTAIS - DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE.

A Lei de Crimes Ambientais consolida a legislação ambiental no que diz respeito à questão penal. Através dela, foram definidas a responsabilidade criminal de pessoa jurídica ou física autora e as sanções aplicáveis para cada infração identificada como relevante pelo legislador. Tem seus dispositivos regulamentados pelo Decreto Nº 3.179/99.

- **DECRETO Nº 3.179/99** - DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Decreto Nº 3.179/99 regulamenta dispositivos das seguintes normas, entre outras:

- Lei nº 4.771/65 (Arts. 16, §§ 2º e 3º; 19, 27, e 44, §§ 1º e 2º) - Código Florestal; (Revogada pela Lei 12.651/12)
- Lei nº 5.197/67 (Arts. 2º, 3º; 14 e 17) - Lei de Proteção à Fauna;
- Lei nº 6.938/81 (Art. 14, IV) - Lei da Política Nacional de Meio Ambiente;
- Lei nº 9.605/98 - Lei dos Crimes e Infrações Ambientais.

▪ **LEI 9.795/99** - INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) já enunciava a Educação Ambiental como princípio a ser adotado para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, conforme exposto no seu Art.2º, inciso X.

A educação ambiental foi corroborada na CF/88 que, através do Art.225 inciso VI, visa a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, na forma da lei.

A Lei 9.795/99 define a Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo, portanto, estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades de todo processo educativo, escolar ou não.

▪ **LEI 9.985/00** - INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Conforme informado em seu caput, a Lei 9.985 vem regulamentar o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da CF/88, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Tem seus dispositivos regulamentados pelo Decreto Nº. 4.340/02.

Art.225 (...)

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a

supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

(...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

▪ **LEI Nº 1.1182/05** - LEI DE CRIAÇÃO DA AGENCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC)

De acordo com esta lei compete à União, por intermédio da ANAC e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária no país, bem como, observar e implementar as orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Governo Federal.

▪ **DECRETO Nº 6.780/09** - APROVA A POLÍTICA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (PNAC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) corresponde ao conjunto de diretrizes e estratégias que nortearão o planejamento das instituições responsáveis pelo desenvolvimento da aviação civil brasileira, estabelecendo objetivos e ações estratégicas para esse setor, e integra-se ao contexto das políticas nacionais. A PNAC tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição e harmoniza-se com as convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

▪ **LEI Nº 12.305/10** - INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) define as diretrizes para a gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos e tem como objetivos o tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Dada sua importância, a PNRS é considerada relevante também no que diz respeito às questões de proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, conforme se observa do Art. 7º, incisos I e II da lei em estudo.

A lei define, ainda, os instrumentos legais considerados necessários para atingir os objetivos da norma. Destacam-se os Plano de Resíduos Sólidos a serem elaborados pelo Poder Público das três esferas – Federal, Estadual e Municipal de forma a

executarem a gestão integrada dos resíduos sólidos, ou seja, desde a geração até a destinação final dos mesmos.

A Lei 12.305/10 altera parte do § 1º do Art.56 da Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) no que diz respeito à utilização, manuseio e tratamento de produtos ou substâncias tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, que estejam em desacordo com as normas de segurança.

- **RESOLUÇÃO CONAC Nº 03/10 – DAS DIRETRIZES PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS OPERACIONAIS À AVIAÇÃO DECORRENTES DE PERIGO AVIÁRIO NOS AERÓDROMOS E SUAS IMEDIAÇÕES**

Emitida pelo Conselho de Aviação Civil, determina que o Ministério da Defesa publique ato normativo estabelecendo diretrizes para mitigar os riscos operacionais ao transporte aéreo decorrentes de perigo aviário nos aeródromos e suas imediações, bem como, determina que a ANAC e o Comando da Aeronáutica desenvolvam, conjuntamente, metodologia de avaliação de risco aviário. Cabe ao Comando da Aeronáutica a elaboração do Plano Básico de Gerenciamento de Risco Aviário no âmbito do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos.

- **PORTARIA NORMATIVA Nº 1.887/10, COMANDO DA AERONÁUTICA – DETERMINA À AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL E AO COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) QUE, EM CONJUNTO, ELABOREM O PROGRAMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DO RISCO AVIÁRIO - PNGRA**

O PNGRA, dentre outras iniciativas, prevê a identificação dos focos atrativos de aves, a avaliação do risco aviário, acionamento dos responsáveis e a adequação dos focos atrativos, localizados no interior do círculo imaginário com raio de 9 km, ao redor dos aeródromos selecionados como prioritários no país.

- **PORTARIA 256/11, COMANDO DA AERONÁUTICA – DISPÕE SOBRE AS RESTRIÇÕES RELATIVAS QUE POSSAM AFETAR ADVERSAMENTE A SEGURANÇA E A REGULARIDADE DAS OPERAÇÕES AÉREAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**
- **PORTARIA Nº 249/11, COMANDO DA AERONÁUTICA – APROVA A EDIÇÃO DO PCA 3-2, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO BÁSICO DE GERENCIAMENTO DO RISCO AVIÁRIO - PBGRA NOS AERÓDROMOS BRASILEIROS.**

O Plano Básico de Gerenciamento do Risco Aviário (PBGRA) visa definir parâmetros para as análises de implantação de empreendimentos e/ou atividades com potencial

de atração de aves, na Área de Gerenciamento do Risco Aviário (AGRA) dos aeródromos brasileiros, bem como, estabelecer a estrutura de coleta de informações e seu fluxo, a fim de permitir a avaliação do risco imposto pela presença de aves nos aeródromos incluídos na Lista de Aeródromos Prioritários para o Gerenciamento do Risco Aviário (LAPGRA), possibilitando a adoção de ações para a sua redução ao menor índice praticável.

▪ **LEI Nº 12.651/12** – NOVO CÓDIGO FLORESTAL

O Código Florestal é uma das leis ambientais mais antigas do País. Inicialmente disposto através da Lei Nº 4.771/65, sofreu diversas alterações ao longo dos anos, tornando o seu cumprimento muitas vezes inviável. Frente a esse cenário, a criação de um novo código florestal foi vista como necessária.

Atualmente, o Novo Código Florestal Brasileiro tem suas diretrizes, objetivos e instrumentos expostos através da Lei Nº 12.651/2012, que revogou a lei anterior. Alterações foram realizadas na lei supracitada, sendo publicadas através da Lei Nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.

▪ **LEI Nº 12.725/12** - DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA FAUNA NAS IMEDIAÇÕES DE AERÓDROMOS

Esta Lei estabelece regras que visam à diminuição do risco de acidentes e incidentes aeronáuticos decorrentes da colisão de aeronaves com espécimes da fauna nas imediações de aeródromos. Estabelece ainda a Área de Segurança Aeroportuária - ASA, onde o aproveitamento e o uso do solo são restritos e condicionados ao cumprimento de exigências normativas específicas de segurança operacional da aviação e ambientais.

▪ **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001/86** – Estabelece os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental e elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA quando do licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, definidas conforme Art.2º, corroborando ao disposto na Lei 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente.

▪ **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 009/87** - Dispõe sobre a audiência pública nos projetos submetidos à avaliação dos impactos ambientais.

- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 01/90** - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 02/90** - Institui o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora.
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 03/90** - Estabelece novos padrões de qualidade do ar para emissão de poluentes.
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 006/94** - Estabelece definições e parâmetros mensuráveis para análise de sucessão ecológica da Mata Atlântica no Rio de Janeiro.
- **Resolução CONAMA Nº 010/93** - Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão de Mata Atlântica.
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 013/90** - Dispõe sobre a área circundante, num raio 10 km em torno das unidades de conservação.
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/97** - Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307/02** - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 316/02** - Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357/05** - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
- **Resolução CONAMA Nº 358/05** - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 371/06** - Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos

advindos de compensação ambiental, conforme Lei Nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

- **Resolução CONAMA Nº 396/08** - Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
- **Resolução CONAMA Nº 420/09** - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
- **Resolução CONAMA Nº 430/11** - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 431/11** - Altera o art. 3º da Resolução no 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA
- **ABNT NBR 11174:1990** – Armazenamento de resíduos classe II – não inerte e III - inertes.
- **ABNT NBR 12235:1992** – Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.
- **ABNT NBR 8419:1992 Versão Corrigida: 1996** - Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos.
- **ABNT NBR 13896:1997** - Aterros de resíduos não perigosos – Critérios para projeto, implantação e operação.
- **ABNT NBR 15492:2000** - Sondagem de reconhecimento para fins de qualidade ambiental — Procedimento, apresentada pela geóloga e presidente da Aesas, Giovanna Setti
- **ABNT NBR 10004:2004** - Resíduos sólidos – Classificação.
- **ABNT NBR 10005:2004** - Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólido.

- **ABNT NBR 10006:2004** - Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.
- **ABNT NBR 10007:2004** - Amostragem de resíduos sólidos.
- **ABNT NBR 10151:2000** – Estabelece procedimentos de medição e limites para a aceitabilidade do ruído em ambientes diversos.
- **ABNT NBR 10152:2000** – Estabelece Níveis de Ruído para Conforto Acústico.
- **ABNT NBR 10157:1987** - Descrição do sistema de monitoramento das águas subterrâneas
- **ABNT NBR 15112:2004** - Resíduos da construção civil e resíduos volumosos – Áreas de transbordo e triagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação.
- **ABNT NBR 15114:2004** – Resíduos da construção civil – Áreas de reciclagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação.
- **ABNT NBR 15115:2004** – Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Execução de camadas de pavimentação– Procedimento.
- **ABNT NBR 15116:2004** – Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos.
- **ABNT NBR 15495-1:2007 Versão Corrigida:2009** - Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulados Parte 1: Projeto e construção.
- **ABNT NBR 15495-2:2008** - Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares Parte 2: Desenvolvimento.
- **ABNT NBR 15847:2010**-Amostragem de água subterrânea em poços de monitoramento — Métodos de purga

2.3. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- **LEI Nº 650/83** - Dispõe sobre a política estadual de defesa e proteção das bacias fluviais e lacustres do Rio de Janeiro
- **LEI Nº 690/83** - Dispõe sobre a proteção às florestas e demais formas de vegetação natural, e dá outras providências.
- **LEI Nº 1.060/86** - Institui o Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM e dá outras providências.
- **LEI Nº 1.356/88** - Dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos estudos de impacto ambiental.
- **LEI Nº 2.794/97** - Dispõe sobre aterros sanitários na forma que menciona.
- **LEI Nº 3.239/99** - Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos. Cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- **LEI 4.191/03** - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 38.260/05** - Cria o Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e de Jacarepaguá.
- **DECRETO 41.122/08** - Institui o Plano Diretor de Gestão de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.
- **DECRETO 42.159/09** - Dispõe sobre o sistema de licenciamento ambiental – SLAM e dá outras providências.
- **DZ-041-R.13/97** – Diretriz para Realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
- **DZ-205-R.5/07** – Diretriz de Controle de Carga Orgânica em Efluentes Líquidos de Origem Industrial.
- **DZ-209/97** – Diretriz de Controle de Efluentes Líquidos Industriais.

- **DZ-215-R-3/07** – Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem não Industrial.
- **DZ-545-R.5/10** – Diretriz de Implantação Programa de Autocontrole de Emissões para a Atmosfera – PROCON-AR.
- **DZ – 549/86** – Diretriz para Controle da Poluição do Ar.
- **DZ-703-R.4/78** – Roteiros para Apresentação de Projetos para Tratamento de Efluentes Líquidos.
- **DZ-942-R.7/91** – Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos – PROCON-ÁGUA.
- **DZ-1310-R-7/04** – Sistema de Manifesto de Resíduos.
- **DZ-1313/01** – Diretriz para Impermeabilização Inferior e Superior de Aterros de Resíduos Industriais Perigosos.
- **DZ-1314/01** – Diretriz para Licenciamento de Processos de Destruição Térmica de Resíduos.
- **IT-1302-R.1/94** – Instrução Técnica para Requerimento de Licenças para Aterros Sanitários.
- **IT-1304/01** – Instrução Técnica para Requerimento de Licenças para Aterros de Resíduos Industriais Perigosos.
- **IT-1313/01** – Instrução Técnica para Requerimento de Licenças para Aterros de Resíduos Industriais Perigosos.
- **IT-1315/93** – Instrução Técnica para Requerimento de Licenças para Unidades de Destruição Térmica de Resíduos.
- **NT-202-R.10/86** – Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos.
- **NT-213-R.4/90** – Critérios e Padrões para Controle de Toxicidade em Efluentes Líquidos Industriais.

2.4. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- **Lei nº 1.021/91:** Institui o Código de Zoneamento do Município de Magé.
- **Lei nº 1.118/93:** Altera o parágrafo único do Art.25 do Título VIII – da Área Rural da Lei nº 1.021/91 (Código Zoneamento).
- **Lei nº 1.119/93:** Altera o parágrafo único do Art.19, da Lei nº 1.021/91 (Código Zoneamento).
- **Lei nº 1.120/93:** Altera o Art.11 e seu §2º e o parágrafo único do Art.12, do Título V - da Área de Atividades Industriais da Lei nº 1.021/91 (Código Zoneamento).
- **Lei nº 1.121/93:** Altera redação do Inciso I, §1º do Art.11, do Título V - da Área de Atividades Industriais da Lei nº 1.021/91 (Código Zoneamento).
- **Lei nº 1.122/93:** Acrescenta os parágrafos 4º e 5º ao Art.10 - Título V - da Área de Atividades Industriais da Lei nº 1.021/91 (Código Zoneamento).
- **Lei Nº 1.930/00:** Dispõe sobre a criação e implantação da RJ-103 ligando Campos Elíseos em Duque de Caxias a Guia de Pacobaíba (Mauá) – 5º Distrito de Magé”.
- **Lei nº 1.624/03, modificada pela Lei Nº 1.732/2005:** cria a Área de Preservação Ambiental do rio Estrela e dá outras providências.
- **Lei Orgânica do Município de Magé,** de 05 de abril de 2009. Dispõe sobre a autonomia política administrativa, financeira e legislativa.
- **Lei nº 2.034/09.** Dispõe sobre a taxa de Licença para Execução de Obras de Urbanização de Áreas Públicas e Particulares.
- **Portaria nº 176/83.** Delimita e classifica Zonas de Uso Estritamente Industrial - ZEIS, Zonas de Uso Predominantemente Industrial - ZUPIS, e estabelece tipologia industrial para a região metropolitana do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei Complementar n.º 14, de 08/06/73, com o Art. 10, incisos I e II, Parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 6.803, de 02/07/80, e arts. 2º e 5º da Lei Estadual n.º 466, de 21/10/81, e dá outras providências.